COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

Parecer nº 033/2017

Objeto: Projeto de Lei 4538, de 8 de março de 2017, que “Autoriza a elaborar Acordo de Confissão e Pagamento de Dívida à empresa Conserbrás Multi Serviços Ltda.”.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Relator: Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei, de origem do Executivo Municipal, que autoriza a elaborar Acordo de Confissão e Pagamento de Dívida à empresa Conserbrás Multi Serviços Ltda.

Na Mensagem nº 19, de 8 de março de 2017, o Executivo justifica que o Município se encontra inadimplente com empresa que realiza limpeza urbana e coleta de resíduos em Patos de Minas, relativamente aos últimos meses de 2016. Relata a difícil situação financeira do Município, retratada no Decreto nº 4.267/2017.

Em consonância ao disposto na Mensagem, a proposição tem como finalidade firmar o acordo entre o Município e a referida empresa com o objetivo de dar continuidade aos serviços de limpeza urbana.

O Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e fez distribuir às comissões permanentes. Coube a mim a relatoria.

2. Parecer e votos

Sob o enfoque da constitucionalidade **formal**, o projeto não contém vícios, porquanto observadas as regras pertinentes a:

- a) Competência do ente federativo, já que cabe privativamente ao Município legislar sobre assunto de interesse local, nos termos do art. 30, I da Constituição Federal e arts. 12 e 67 da Lei Orgânica Municipal.
- b) Iniciativa legislativa, no caso, é pertinente à iniciativa do Chefe do Executivo, vez que a matéria refere-se aos débitos do Município de Patos de Minas com empresa prestadora de serviços de limpeza urbana, com fundamento no art. 71 da Lei Orgânica Municipal.
- c) Categoria legislativa, no caso, o Projeto de Lei Ordinária é adequado à normatização proposta e está em consonância com os comandos

previstos no art. 72 da Lei Orgânica Municipal, vez que não se insere no rol nele especificado.

Quanto à constitucionalidade **material**, a princípio, não se infere a existência de vício, porquanto cabe ao Poder Executivo negociar seus débitos com a empresa terceirizada. No caso, o pedido de autorização é facultativo, vez que essa decisão é de conveniência e oportunidade do Executivo.

O Projeto de Lei, também, não apresenta vícios de juridicidade, eis que observa os aspectos da inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercibilidade e generalidade.

A técnica legislativa restou observada, já que do conjunto normativo apresentado, não se infere a inclusão de matéria estranha ao tema versado.

Em razão do exposto e para fins de atendimento ao disposto no art. 72, I, “a” do Regimento Interno, **voto pela admissibilidade, constitucionalidade e legalidade do** Projeto de Lei 4538, de 8 de março de 2017, que “Autoriza a elaborar Acordo de Confissão e Pagamento de Dívida à empresa Conserbrás Multi Serviços Ltda.”.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 8 de março de 2017.

OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

Vereador Relator

ISAIAS MARTINS DE OLIVEIRA

Vereador

MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO - Dalva Mota

Vereadora